Notícias do dia 29 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Rumo ao TCE - XADREZ

VENCESLAU PIMENTEL

Pela Proposta de Emenda à Constituição, do deputado henrique Arantes (MDB), que extingue o TCM, prevê que todos os servidores efetivos do órgão serão incorporados e aproveitados no **Tribunal de Contas do Estado**.

Site: https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2021/04/5283.pdf

Com 26 assinaturas, PEC da extinção do TCM é protocolada na Assembleia

Aproposta de extinção do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM foi finalmente protocolada na Assembleia Legislativa pelo deputado estadual Henrique Arantes (MDB). A justificativa é simples: seguindo Henrique Arantes, não haveria necessidade da existência do órgão, já que o seu trabalho de fiscalização pode ser feito pelo **Tribunal de Contas do Estado**, que, no passado, já o fazia.

"Goiás é um dos três Estados que ainda tem TCM e a gente não vê necessidade de existência desse tribunal. Colhemos 26 assinaturas dos parlamentares, em sua maioria a favor. Boa parte pensa igual e acredito que não teremos dificuldades", afirmou Henrique Arantes. Ainda de acordo com Henrique Arantes, os servidores efetivos do órgão deverão ser transferidos para Tribunal de Contas Estadual ou na própria Assembleia.

De acordo com o regimento interno da Assembleia, são necessários 25 votos para aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional. No caso dessa PEC dessa que extingue o TCM, 26 deputados já assinaram o requerimento.

Entre eles, o próprio presidente Lissauer Vieira (PSB), o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Humberto Aidar, e o líder do governo Bruno Peixoto, ambos do MDB.

Essa não é a primeira vez que uma proposta de extinção do órgão é apresentada. Em 2018, o deputado estadual José Nelto (Podemos) sugeriu a extinção do TCM afirmando que o órgão era uma "casa de mordomias".

No entanto, não houve formalização de um projeto nesse sentido.

Os tribunais de contas foram capacitados pela Constituição Federal, em seus artigos 70 e 71, para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública, o que, na maioria dos Estados brasileiros, é feito por apenas um tribunal. Além do TCM de Goiás, o Brasil só conta com outros dois Tribunais de Contas Municipais, sendo eles o TCM de São Paulo e o TCM do Rio de Janeiro.

O presidente da Assembleia Lissauer Vieira (PSB) já disse por mais de uma vez que é favorável à extinção do TCM. "A grande maioria dos Estados já extinguiu os Tribunais de Contas dos Municípios.

Isso mostra que é uma tendência a nível nacional, deixando a cargo das Câmaras Municipais as análises desses julgamentos e destas contas e também para o **Tribunal de Contas do Estado** as que lhe forem pertinentes", declarou Lissauer.

Outros deputados estaduais também disseram ser favoráveis à extinção do TCM. É o caso do deputado Lucas Calil (PSD), que o vê como desnecessário e caríssimo para a sociedade. "Existe um grande componente político nessa questão. Caso prospere, sou a favor da extinção", enfatizou Calil. O deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL) também defende o fim do Tribunal e alega economia aos cofres públicos. "A medida irá trazer economia de aproximadamente 216 milhões de reais, conforme receita estimada com gastos para 2021", disse.

Tribunal custa R$ 216 milhões por ano ao contribuinte goiano

Por meio de nota assinada pelo seu presidente Joaquim de Castro, o TCM-GO afirma que a democracia precisa de órgãos de controle eficientes, sendo o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** um dos mais eficazes do país.

Dados da Secretaria estadual da Fazenda revelam que, anualmente, o TCM-GO custa R$ 216 milhões aos cofres públicos. O órgão foi criado pelo então governador Irapuan Costa Júnior, no regime militar, com a

intenção declarada de abrigar políticos aposentados e atender a acordos de cúpula.

Mas, segundo a nota de Joaquim de Castro, o TCM-GO realiza trabalho de orientação e capacitação dos gestores municipais, contribuindo para a melhoria da gestão pública, o fomento do controle social e o sistemático combate à corrupção.

"O Tribunal tem cumprido com muito zelo e competência o seu papel de fiscalizador e orientador. Sua produção e resultados estão disponíveis no site e nos relatórios, e podem ser conferidos a qualquer momento", diz Joaquim de Castro.

Por fim, alerta que o TCM-GO vai fazer tudo que for possível para que os deputados vejam e compreendam a importância que tem o Tribunal, esperando que refluam dessa ideia. "O deputado Henrique Arantes é uma pessoa de diálogo e o Tribunal vai continuar em contato com ele e com os demais parlamentares para expor a eles as consequências negativas, para a democracia, da extinção de um órgão de controle".

Site: http://www.diariocentral.com.br/website/pdf/988.pdf

Extinção do TCM deve ser apresentada na Comissão de Constituição e Justiça

Os deputados devem apresentar na sessão desta quinta-feira (29), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios. A medida ainda precisa ser aprovada na comissão para ir a plenário. Em nota, a entidade se posicionou contra a mudança proposta pelos parlamentares.

A extinção do TCM, de autoria de Henrique Arantes (MDB), contou com 26 assinaturas. Para tramitar, a matéria precisava de apenas 14 assinaturas. A proposta prevê que todos os servidores efetivos do órgão serão incorporados e aproveitados no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**).O presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), ao Mais **Goiás** , já manifestou favorável ao avanço da matéria.

O argumento de Arantes é de que as câmaras municipais voltem a ter seu papel fiscalizador. Além disso, somente três estados, incluindo **Goiás**, mantêm este tipo de tribunal. O custo de R$ 216 milhões ao ano também é elencado. Há ainda pressão para aposentadoria de seus conselheiros para novas indicações. O deputado Humberto Aidar (MDB) é cotado para ser **conselheiro**.

A extinção do TCM já tramitou na Assembleia em outra ocasião: proposta do então governador Maguito Vilela (MDB), em 1997. O dispositivo chegou a ser aprovado, mas o Tribunal acabou recriado.

Defesa

Em nota ao Mais **Goiás** , o TCM-GO pede que os parlamentares compreendam "a importância do tribunal na sua atuação para melhorar cada vez mais a gestão dos municípios goianos, seu custo operacional excepcional, e avaliem as consequências negativas para a democracia, da extinção de um órgão de controle". Atualmente, o custeio mensal do órgão é de R$ 530 mil , mais de 9,650 milhões em servidores ativos e R$ 5,7 milhões de inativos .

"O TCM-GO não é ineficiente e nem caro. Seu custo não chega a 0,5% (meio por cento) do orçamento do Estado de **Goiás**. A propalada redução de custo seria pífia." Com a extinção do órgão, os servidores seriam remanejados, por exemplo, para o **TCE**. "A solução de continuidade seria gigantesca e danosa à sociedade. O Estado consumirá tempo e recursos para absorver a estrutura e a expertise que o TCM detém para lidar com a gestão municipal", advertiu em nota o órgão.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/extincao-do-tcm-deve-ser-apresentada-na-comissao-de-constituicao-e-justica/